PORQUE É NECESSÁRIO TIPIFICAR O CRIME DE TERRORISMO NO BRASIL

Márcio Paulo Buzanelli*

*“Verba volant scripta manent”***

Resumo

A possibilidade de ocorrência de ações terroristas durante a realização dos grandes eventos desportivos e outros que terão lugar no país reabre a questão recorrente da inadequação do ordenamento jurídico pátrio para o tratamento legal desse tipo de ameaça ao Estado e à sociedade. Igualmente, reacende preocupações quanto à insuficiente coordenação e falta de interoperabilidade dos vários entes envolvidos nas atividades de prevenção, combate e resposta ao terrorismo, remetendo à constatação da subsistência do característico atavismo, mais propenso à ação reativa que a preventiva.

Aproximidade dos grandes eventos desportivos, como a Copa do Mundo do Brasil, em 2014, e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, sempre atrativos para o terrorismo, devido à superexposição midiática, traz à primeira cena um tema recorrente: a dúvida sobre a suficiência do aparelhamento do Estado brasileiro para o enfrentamento dessa potencial ameaça, inclusive no que concerne à adequação do seu ordenamento jurídico para o tratamento legal desse tipo de crime.

A percepção de insuficiência é compartilhada não somente por profissionais

do setor público nas áreas de segurança, defesa e inteligência, mas, atestando que a preocupação atinge setores mais amplos, também por parlamentares nas duas Casas do Congresso Nacional, como se percebe no significativo número de projetos de lei em tramitação, versando, principalmente, sobre a tipificação do crime de terrorismo¹.

No Executivo, a preocupação é antiga, destacando-se a iniciativa do GSI- no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) - de edição de uma Lei de Defesa da Soberania e do Estado Democrático de Direito,

* Oficial de Inteligência, ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Foi Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas, Diretor do Núcleo do Centro de Coordenação das Ações de Prevenção e Combate ao Terrorismo/GSI/PR. Chefiou divisões de crime organizado e contraterrorismo, bem como a Coordenação de Assuntos Especiais (CAI). Atuou na criação da Abin/Sisbin. Participou da confecção de várias propostas de leis relacionadas à infiltração de agentes de polícia, crime organizado, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, contrabando, segurança nacional.

** “Palavras voam, escritas ficam”.

em substituição à Lei nº 7170/83 (Lei de Segurança Nacional - LSN). Aprovada em reunião daquela alta câmara de governo em 14 de julho de 2008, encontra-se, sob a forma de proposta de anteprojeto de lei e incluindo artigo que tipifica o crime de terrorismo, já finalizada, tendo sido elaborada por um grupo de trabalho interministerial coordenado pelo Ministério da Justiça².

Embora tais iniciativas, existem opiniões que colocam em dúvida a necessidade de criação de um tipo penal específico para o crime de terrorismo. Entre os que assim se posicionam, advogam, alguns, que as leis penais existentes já seriam suficientes; outros, que a LSN persiste perfeitamente aplicável; muitos mostram-se temerosos de ambiguidades que ensejem o enquadramento de movimentos sociais; há, ainda, os que consideram desnecessária a iniciativa, sob o argumento de que a possibilidade de ocorrência de atentados terroristas no país “é mínima”; existe, até, argumento contrário à tipificação do crime de terrorismo, “*porque a iniciativa iria atrair a ira dos terroristas contra o Brasil (!)*”³.

Compreensivelmente, pelo fato de o terrorismo não haver se manifestado em território nacional, verifica-se uma natural dificuldade de considerá-lo como uma ameaça real. Sua aparição, sempre restrita aos noticiários internacionais, passa a impressão de moléstia social e política que somente afeta regiões distantes, atingidas por conflitos internos de natureza sectária, ou então aquelas potências que aceitam o risco como inerente ao seu papel de protagonista da cena mundial.

Tal impressão, associada à inexistência de ocorrências em passado recente e também aos difundidos mitos do brasileiro cordial e país amistoso, baseado nos quais o Brasil garantiria uma espécie de imunidade a agressões, contribuem, em conjunto, para iludir a percepção do terrorismo como ameaça real. Com efeito, a adesão ao mito da imunidade é tão plena que torna difícil qualquer discurso favorável à adoção de medidas mínimas de ampliação da capacidade do Estado no campo da prevenção ao terrorismo.

Não obstante tal quadro, é oportuno observar que a análise do perfil atual do terrorismo internacional indica que, mesmo não se caracterizando como alvo tradicional, um país não pode se considerar fora de seu alcance. Ademais, os fenômenos associados da globalização e do multiculturalismo nos avizinham, mais do que percebemos, de países onde essa classe de ameaça desempenha papel ativo.

[...] dever do Estado estabelecer, preventivamente, políticas, estratégias e planos para fazer face a eventuais emergências decorrentes de atos terroristas[...]

Além disso, as características de imprevisibilidade e amplitude na ação garantem aos promotores do terrorismo a manutenção da iniciativa estratégica. Essa vantagem proporciona a opção de poder atacar o inimigo principal (Estados Unidos, Reino Unido, Israel) onde, como e quando for mais conveniente, mesmo em áreas geográficas situadas na periferia das zonas de conflito, garantindo-se o essencial efeito demonstração, porquanto os atos serão imediatamente

repercutidos pelos modernos meios de informação.

Nesse sentido, o terrorismo, tal como praticado por organizações como a Al Qaeda, suas franquias e, sobretudo, por indivíduos radicalizados e atuando isoladamente, inclusive nacionais agindo nos países—palco das ações, pode, em tese, ocorrer a qualquer momento, em qualquer lugar e sem prévio aviso: a esse atributo deve-se a sua capacidade de intimidar o mundo. Contra os argumentos de que a Al Qaeda estaria definhando operacionalmente e de que os terroristas que atuam isoladamente (*Lone wolves*) seriam amadores e ineficientes, cumpre observar que sendo o terrorismo um tipo de crime de natureza marcadamente psicológica, portador da deliberada disposição de intimidar, influenciar e coagir uma audiência, no caso, governo e sociedade, a simples ameaça torna-se substitutiva da prática, por vezes desnecessitando o próprio ato. Assim, também ocorre com os atos falhos, como os muitos nos Estados Unidos nos últimos anos, que, mesmo malsucedidos no que concerne a danos e baixas, cumprem a finalidade terrorista de produzir insegurança e sentimento de vulnerabilidade.

Diante desse quadro, entendo ser dever do Estado estabelecer, preventivamente, políticas, estratégias e planos para fazer face a eventuais emergências decorrentes de atos terroristas, independentemente de ser iminente ou remota a possibilidade de sua ocorrência.

Creio ser necessário, igualmente, o estabelecimento de mecanismos de coordenação dos vários entes da administração pública envolvidos na prevenção, com-

bate e resposta ao terrorismo (serviço de inteligência, forças armadas, polícia, aduanas, serviço de imigração, defesa civil, proteção nuclear, etc) que, no caso brasileiro, têm baixa experiência de ação conjunta e pouca interoperabilidade, isto é, capacidade de atuar em conjunto em uma emergência, emulando o bom exemplo da resposta espanhola aos atentados de 11 de março de 2004 e evitando a descoordenação visível nos episódios de 1992 e 1994, em Buenos Aires. Em função disso, criou-se, no âmbito federal e vinculado ao GSI, o Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CPCT), em 09 de junho de 2009⁴.

Por fim, estou convencido que a adoção de medidas, de cunho tão somente administrativo, de nada adianta se o país não dispuser de instrumentos jurídicos que, ao tempo em que aprovisionem devidamente o Estado, não atentem contra as garantias individuais. Não se trata, naturalmente, de conclamar a uma ação que coloque em risco a devida tutela dos direitos fundamentais reconhecidos no texto constitucional (assim como o funcionamento das instituições democráticas e a garantia do exercício livre e pacífico dos direitos reivindicatórios), porém de preencher visível lacuna legal.

A plena adesão brasileira ao regime internacional de antiterrorismo, que integra o conjunto das Resoluções, Protocolos e Convenções da ONU e da OEA sobre o tema, já ratificadas pelo Congresso Nacional e gerando as decorrentes obrigações, constitui suficiente motivação para a adequação legal aos compromissos assumidos⁵. Do conjunto, vale ressaltar a Resolução nº 1.373/2001, do Conselho

de Segurança das Nações Unidas, que estabelece medidas a serem empregadas pelos Estados Partes para o combate ao terrorismo, sendo adotada após os ataques aos EUA, em 11 de setembro de 2001 e produzida ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. A referida Resolução estabelece que “todos os Estados devem assegurar que, além de quaisquer outras medidas contra o terrorismo, atos terroristas sejam considerados graves delitos criminais pelas legislações e códigos nacionais”. Sua execução em território nacional é disposta pelo Decreto nº 3.976, de 18 de outubro de 2001.

[...] o crime de terrorismo não se exaure nos comportamentos criminosos já devidamente tipificados no CP.

Ainda, a propósito de adequação legal, cabe qualificar como inservível a Lei nº 7170/83 (Lei de Segurança Nacional - LSN). Tal qualificação decorre, de um lado, da falta de precisão da “*tipificação*” estabelecida no art. 20 da referida Lei; de outro, porque, precedendo no tempo a Constituição Federal, lavrada em 1988, com a mesma deixa de guardar, naturalmente, relação de consonância, evitando muitos juristas de considerá-la, de vez que, embora ainda em vigor, carrega inamovível estigma como um dos símbolos do denominado período autoritário. Portanto, devido à desconsideração prática da Lei nº 7170/83, ficam o Estado e a sociedade desprovidos de efetivo instrumento de proteção legal contra os crimes de terrorismo (assim como de espionagem, sabotagem etc).

Também me parece despedido de fundamento o argumento de que condutas presentes em eventuais atos terroristas já são abordadas pelo Código Penal (CP), o que tornaria desnecessária uma lei específica. Em primeiro lugar, porque o CP, datado de 1940, pode ser considerado bastante desatualizado, sobretudo para a prevenção de condutas comuns ao século XXI, estando a merecer a revisão encaminhada pelo Senado Federal, caso contrário teremos que enquadrar eventuais organizações terroristas no escopo do artigo 288 (crime de quadrilha ou bando), concebido originalmente para as associações criminosas conformadas pelos bandos de cangaceiros que assolavam o nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

Em segundo lugar – e mais importante – porque o crime de terrorismo não se exaure nos comportamentos criminosos já devidamente tipificados no CP. No crime de terrorismo, transcendendo as condutas, há um plano maior, o de ameaçar a ordem e a paz social ou impor uma vontade ou ainda coagir entes institucionalmente estabelecidos. Assim, os tipos penais existentes revelam-se insuficientes para combater o terrorismo, pois aqueles praticados por um agente terrorista, mesmo atuando isoladamente, como no caso norueguês ou do “*Unabomber*”, nos Estados Unidos, obedecem, quase sempre, a um plano cuidadosamente preparado, voltado para um objetivo que transcende a finalidade intrínseca de cada uma das condutas delitivas individualmente consideradas.

Prosseguindo, é importante ter em mente que o ordenamento jurídico brasileiro já apresenta vários exemplos de incorpora-

ção da preocupação do legislador com a possibilidade de incidência do fenômeno do terrorismo em nosso país e, principalmente, de sua disposição em considerá-lo como crime, a começar pela própria Constituição Federal, que faz referência ao terrorismo, em seu artigo 4º “[...] do Brasil rege-se nas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] VIII - Repúdio ao terrorismo e ao racismo [...]”; e, sobretudo, em seu artigo 5º, XLIII, quando estabelece: “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia [...] o terrorismo [...]”.

Mais adiante, a já comentada Lei de Segurança Nacional (LSN - Lei nº 7.170, de 1983) que, em seu art. 20, relaciona determinadas condutas específicas como ações próprias do terrorismo, e a qual se procura substituir por instrumento legal coerente com o pleno espírito da Constituição Federal (CF) de 1988. Igualmente, a Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990 (que relaciona o terrorismo entre os chamados crimes hediondos). A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que estabeleceu o Estatuto do Estrangeiro e faz menção ao terrorismo, sem se deter em sua conceituação.

[...] a inexistência de um instrumento legal tipificando o crime de terrorismo [...] deixa o Estado brasileiro sem a necessária provisão jurídica [...]

Ainda a Lei nº 9.613, de 13 de março de 1998 (modificada pela Lei nº 10.701, de 09 de julho de 2003), que inclui o terrorismo no rol de crimes antecedentes ao da lavagem de dinheiro. Trata-se, esta última, de iniciativa coerente

com a posição brasileira de signatário da Convenção da ONU para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, de 09 de dezembro de 1999, já ratificada pelo Congresso Nacional. Por último, a Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, que dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros, no caso de atentados terroristas. Essa última lei, inclusive, dispõe, em seu artigo 1º, § 4º, o entendimento de ato terrorista como “qualquer ato, de uma ou mais pessoas, sendo ou não agentes de um poder soberano, com fins políticos ou terroristas, seja a perda ou dano dele resultante acidental ou intencional.”

Como complemento, cabe conjecturar que a não tipificação do terrorismo decreta a inobservância do sempre necessário princípio da reserva legal (“*Nullum crimen nulla poena sine lege praevia scripta*”), desassistindo, de um lado, o expresso no mencionado artigo 5º, XXXIX, do texto constitucional e, de outro, a possibilidade, de todo real e que, também por isso deve ser recepcionada por lei, de ocorrência de crime de terrorismo no Brasil. Adicionalmente, convém observar que o princípio da legalidade, por sua vez, exige que todos os crimes sejam expressamente previstos em lei.

Em conclusão, entendo que a inexistência de um instrumento legal tipificando o crime de terrorismo – e, cabe insistir, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, XLIII, o reconhece como crime – deixa o Estado brasileiro sem a necessária provisão jurídica e à mercê de possíveis constrangimentos, entre esses, a impossibilidade de reconhecer como terroristas atos dessa natureza aqui eventualmente praticados. Além disso, o expõe

à possível risco de quebra da soberania legal, caso atentados contra estrangeiros venham a ser enquadrados como crimes comuns na ausência de uma lei que tipifique a conduta, do que poderia resultar, inclusive, pedidos de extradição e recursos ao Tribunal Penal Internacional (TPI), além de pressões internacionais de natureza política, sem contar os inevitáveis danos à imagem do país.

A responsabilidade que recai sobre o Poder Público inclui, ao mesmo tempo, a atenção devida aos possíveis riscos à segurança advindos de sua decisão de sediar grandes eventos internacionais, assim como e expressamente, a fidelidade aos compromissos decorrentes da plena adesão ao regime internacional sobre combate ao terrorismo.

Como tem sido dito, o Brasil pode até não ter tradição de terrorismo, mas alguns grandes eventos desportivos internacionais têm como nos lembram as Olimpíadas de Munique e Atlanta e também a última Maratona Internacional de Boston. Assim, e recordando o aforismo de Erasmo (não o Carlos, mas o de Rotterdam) que, prudentemente, observava que a prevenção é melhor que a cura, parece, afinal, chegada a hora de romper com o imobilismo atávico, mais afeito à ação reativa do que a preventiva, e tratar as questões de segurança do Estado e as chamadas novas ameaças, entre as quais o terrorismo, com a previdência que se espera de um participativo e responsável ator da cena internacional.

Notas:

¹ Projetos de Lei (PL) em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional referentes à tipificação do crime de terrorismo.

PLs tramitando no Senado Federal:

- PLS 728/2011- de autoria dos Senadores Walter Pinheiro (PT/BA), Ana Amélia (PP/RS) e Marcelo Crivella (PRB/RJ), apresentado em 09 de dezembro de 2011. Ementa: Complementa a Lei Geral da Copa e define crimes (entre esses o de terrorismo) e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança dos grandes eventos esportivos previstos para os próximos anos no Brasil. Situação: Em tramitação na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Laser.
- PLS 762/2011 - de autoria do Senador (PSDB/SP) Aloysio Nunes Ferreira Filho. Ementa: apresenta tipos penais para a figura do terrorismo, da incitação ao terrorismo, para a formação de grupo terrorista e também para o financiamento ao terrorismo. Situação: Em 21 de novembro de 2012, foi retirado de pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a pedido do relator, senador Aécio Neves (PSDB-MG), sendo encaminhado à comissão que discute o projeto de reforma do Código Penal .
- PLS236/2012- de autoria do Senador José Sarney (PMDP/AP), apresentado em 09 de julho de 2012. Ementa : Reforma do Código Penal (inclui artigo referente à tipificação do crime de terrorismo). Situação: em tramitação na CCJ, aguardando recebimento de emendas.

PLs tramitando na Câmara dos Deputados:

Seis projetos tramitam em conjunto na Câmara, em regime de prioridade: O projeto mais antigo (PL 2462/91) é do ex-deputado Hélio Bicudo e define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a humanidade. Os demais (PLC 6764/02, 149/03, 7765/10, 3714/12e PL 4674/12) tipificam o crime de terrorismo no âmbito do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) ou em legislação específica. Referidos PL são os seguintes:

- PL 2462/1991 - de autoria do ex- deputado Hélio Bicudo (PT/SP), apresentado em 05 de março de 1991. Ementa: Define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a

Humanidade. Situação: Aguardando constituição de Comissão Temporária na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, para posterior encaminhamento à Coordenação de Comissões Permanentes (CCP).

- PL 6764/2002 - de autoria do Poder Executivo, apresentado em 09 de maio de 2002. Ementa: Acrescenta o Título XII, que trata dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, à Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências (tipifica os Crimes contra o Estado Democrático de Direito, entre esses, os seguintes: Crime contra a Soberania Nacional, Crime contra as Instituições Democráticas, Crime contra o Funcionamento das Instituições Democráticas e dos Serviços Essenciais, Crime contra Autoridade Estrangeira ou Internacional e Crime contra a Cidadania). Situação: Apensado ao PL 2462/1991 (do deputado Hélio Bicudo).
- PL 149/2003 - de autoria do ex- deputado Alberto Fraga (PMDB/DF), apresentado em 24 de fevereiro de 2003. Ementa: Altera o Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, tipificando o crime de terrorismo e dá outras providências. Situação: Apensado ao PL 2462/1991.
- PL 7765/2010- de autoria do deputado Nelson Goetten (PR/SC), apresentado em 17 de agosto de 2010. Ementa: Tipifica o crime de terrorismo. Situação: Apensado ao PL 149/2003.
- PL 3714/2012 - de autoria do deputado Edson Pimenta (PSD/BA), apresentado em 18 de abril de 2012. Ementa: Tipifica o crime de terrorismo. Situação: Apensado ao PL 7765/2010.
- PL 4674/2012 - de autoria do deputado Walter Feldman (PSDB/SP), apresentado em 07 de novembro de 2012. Ementa: Dispõe sobre os crimes relacionados a atividades terroristas e dá outras providências. Situação: Apensado ao PL 2462/1991.

² Iniciativas de tipificação criminal do terrorismo e outras no âmbito do Executivo: São decorridos exatos dez anos de somados esforços do GSI relativos às propostas de modernização - legal e administrativa - do tratamento, pelo Estado brasileiro, de questões atinentes à potencial ameaça do terrorismo. Referidos esforços têm sua origem remota em reunião promovida em 02 de abril de 2003. Na oportunidade, este autor apresentou pauta contendo três propostas: (1ª) reformas na atividade de inteligência; (2ª) indicação de uma Autoridade Nacional de Prevenção ao Terrorismo e criação de um centro de coordenação das atividades de prevenção, combate e resposta; e (3ª) substituição da Lei 7170/1983 (Lei de Segurança Nacional) por uma lei de salvaguarda do Estado, coerente com a Constituição de 1988, contemplando a tipificação dos crimes de terrorismo, sabotagem e espionagem e, portanto, necessariamente penal. Os anos seguintes assistiram a uma série de tentativas de materializar as referidas propostas.

Com efeito, apresentadas no mesmo ano, as propostas referentes à criação da Autoridade Nacional e à revisão da LSN não prosperaram. Somente teve acolhida a de reformas na atividade de inteligência, a qual deu origem à primeira ação conjunta desenvolvida em 2003 pelo GSI em parceria com a Secretaria Geral da PR (SGPR), que resultou no programa “Consultas à Sociedade sobre a Atividade de Inteligência”, escapando ao escopo original da proposta. Durante a execução do referido programa, por proposta da SGPR, foram consultados (e se manifestaram) segmentos importantes da sociedade, como centrais sindicais, entidades de classe patronal, bem como entes ligados à Igreja Católica, todos, desnecessário enfatizar, estranhos ao tema. Ao final, conforme previsto, o programa resultou inócuo e improdutivo para os propósitos colimados. Não obstante, em setembro de 2004, sob o título “Uma nova perspectiva de gestão pública: consulta à sociedade sobre a atividade de inteligência”, o programa foi (ao lado de outros) escolhido para representar o Brasil, como exemplo de gestão, na IX Reunião do Centro Latino - Americano para o Desenvolvimento (CLAD), realizada em Madrid, Espanha, em novembro do mesmo ano.

Ainda em 2004, após os atentados de 11 de março, na capital espanhola e em razão da próxima ratificação pelo Congresso Nacional da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembleia - Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1999 e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001, com sua esperada carga de obrigações, foram reapresentadas as propostas de criação da Autoridade Nacional e de revisão da LSN. Devido ao clima de comoção suscitado pelos referidos atentados e ao aumento da percepção de ameaça, as propostas de criação de uma Autoridade Nacional e de um Centro de Coordenação obtiveram, desta feita, a necessária aquiescência, sendo autorizada

a convocação da CREDEN para o seu exame. Como esperado, a CREDEN, reunida em abril de 2004, autorizou a criação de Grupo de Trabalho (GT) coordenado pela ABIN para estudar a questão e elaborar propostas. Em 2005, os trabalhos foram concluídos e apresentados à CREDEN. Embora recomendada pelo GT e avalizada pela CREDEN, a criação dos citados entes administrativos não teve a pretendida acolhida.

Em 2008, o GSI reapresentou, mais uma vez, as referidas propostas. A de criação da Autoridade Nacional e do Centro de Coordenação não foi considerada. A de substituição da LSN, por sua vez, foi aceita, convocando-se a CREDEN para seu exame. Em decorrência, em reunião realizada em 14 de julho de 2008, a CREDEN autorizou a constituição de um GT interministerial para propor a edição de uma Lei de Defesa da Soberania e do Estado Democrático de Direito, sendo sua coordenação atribuída à Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ). Em sua primeira fase, de delimitação do tema, estudo da legislação comparada, discussão e formulação da base conceitual e doutrinária, o GT executou trabalhos, apresentando ao Presidente da CREDEN seu relatório final em 30 de setembro de 2009. Ato contínuo, em 19 de outubro de 2009, o Presidente da CREDEN determinou a criação de novo GT, desta feita para conferir redação legislativa às propostas formuladas pelo GT anterior. Presentemente, os trabalhos encontram-se em fase de conclusão do anteprojeto de lei (APL). O texto do referido APL, produto de dez anos de trabalho de especialistas de diversos ministérios (Defesa, Justiça, Relações Exteriores, GSI, Advocacia-Geral da União, entre outros), não se resume à tipificação dos crimes de terrorismo, apologia ao terrorismo, financiamento do terrorismo e participação em organização terrorista, porém, buscando a completude em termos de salvaguarda legal do Estado, trata igualmente dos tipos criminosos de sabotagem, espionagem e outros.

³ Reuniões do GT LDSEDD/MJ: contra-argumentos apresentados durante as reuniões iniciais do GT criado para apresentar proposta de Lei de Defesa da Soberania e do Estado Democrático de Direito (LDSEDD), na SAL/MJ.

⁴ Criação e desativação do CPCT: Em 09 de junho de 2009, o ministro de Estado Chefe do GSI (por intermédio da Portaria nº 22, publicada em Diário Oficial da União de nº 109, de 10 de junho de 2009), criou o Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CPCT). O referido ente, cuja criação, calcada em exemplos internacionais bem-sucedidos, objetivou promover a necessária integração entre os diferentes setores envolvidos nas atividades de prevenção e de combate ao terrorismo que, tradicionalmente, pouco ou nunca interagem, foi desativado pelo GSI, embora não formalmente extinto, em 07 de fevereiro de 2011, após efêmero e profícuo período de atividades, reação favorável dos órgãos participantes e seguidas menções positivas na imprensa.

⁵ Convênções, Resoluções e Protocolos ajustados em organismos multilaterais aos quais o Brasil aderiu e é signatário:

- Convenção Relativa às Infrações e Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves (Decreto nº 66.520/1970);
- Convenção Para Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves (assinada na Haia em 16 de dezembro de 1970/Decreto nº. 70.201/1972);
- Convenção Para a Repressão de Atos Ilícitos Contra a Segurança da Aviação Civil (Decreto nº. 72.383/1973);
- Convenção Sobre a Proteção Física dos Materiais Nucleares (assinada em Viena em 3 de dezembro de 1980/Decreto nº. 95/1991);
- Convenção Para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados Como Delitos Contra Pessoas Quando Essas Tiverem Transcendência Internacional e Extorsão Conexa (Decreto nº. 3108/1999);
- Convenção Sobre a Prevenção e Punição de Infrações Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional (Decreto nº. 3167/1999);
- Convenção Contra a Tomada de Reféns (Decreto nº. 3517/2000);
- Protocolo Para a Supressão de Atos Ilícitos de Violência nos Aeroportos a Serviço da Aviação Civil (assinado em Montreal em 24 de dezembro de 1988/Decreto nº. 2611/1997);

Porque é necessário tipificar o crime de terrorismo no Brasil

- Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (Decreto nº. 3229/1999);
- Resolução 1.373/2001, do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Estabelece medidas a serem adotadas pelos Estados- parte para o combate ao terrorismo, adotada após os ataques aos EUA, em 11 de setembro de 2001; o Dec. nº 3976, de 18 de outubro de 2001, dispõe sobre a sua execução no território nacional);
- Convenção Sobre a Marcação dos Explosivos Plásticos Para Fins de Detecção (Decreto nº. 4021/2001);
- Convenção Internacional Sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas (Decreto nº. 4.394/2002);
- Convenção Interamericana Contra o Terrorismo (assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002, e promulgada pelo Decreto 5639/2005);
- Convenção Internacional Para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (Decreto nº. 5.640/2005);
- Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear (assinada pelo Brasil em Nova Iorque, em 14 de setembro de 2005, e aprovada pelo Decreto Legislativo nº. 267/2009/aguardando ratificação);
- Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas localizadas na Plataforma Continental (Decreto nº. 6136/2007); e
- Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos Contra a Segurança da Navegação Marítima (Decreto nº. 6136/2007).

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 149/2003. Altera o Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, tipificando o crime de terrorismo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104916>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 2.462/91. Define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=423360>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 3.714/2012. Tipifica o crime de terrorismo. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541763>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 4.674/2012. Dispõe sobre os crimes relacionados a atividades terroristas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=55904>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 6.764/2002. Acrescenta o Título XII, que trata dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, à Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=51185>>. Acesso em 05 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 7.765/2010. Tipifica o crime de terrorismo. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=484837>>. Acesso em: 03 abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº 267, de 29 set. 2009. Aprova o texto da Convenção Internacional para a supressão de atos de terrorismo nuclear, assinada pelo Brasil em Nova Iorque, no dia 14 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://lex.br:federal:decreto.legislativo:2009-06-10;267>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

BRASIL. Decreto no. 2.611, de 2 jun. 1998. Promulga o Protocolo para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos que Prestem Serviços à Aviação Civil Internacional, concluído em Montreal, em 24 de fevereiro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2611.htm>. Acesso em: 18 abr. 2013.

BRASIL. Decreto no. 3.018, de 6 de abril de 1999. Promulga a Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos Contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional, concluída em Washington, em 2 de fevereiro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3018.htm>. Acesso em: 03 abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº. 3.167, de 14 de Setembro de 1999. Promulga a Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive Agentes Diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, com a reserva prevista no parágrafo 2º do art. 13 da Convenção. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1999-09-14;3167>>. Acesso em 21 abr. 2013.

BRASIL. Decreto no. 3.229, de 29 out. 1999. Promulga a convenção interamericana contra a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos, concluída em Washington, em 14 de novembro de 1997. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/handle/26501/1046>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº. 4021, de 19 nov. 2001. Promulga a Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2001-11-19;4021>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº. 4.394, de 26 Set. 2002. Promulga a Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas, com reserva ao parágrafo 1 do art. 20. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-poio/legislacao/segurancapublica/d4394.2002_conv_int_terrorismo_bombas.pdf>. Acesso 12 abr. 2012.

BRASIL. Decreto nº. 5639, de dez. 2005. Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5639.htm>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº. 5.640, de 26 dez. 2005. Promulga a Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1999 e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5640.htm>. Acesso em: 12 abr. 2013.

Porque é necessário tipificar o crime de terrorismo no Brasil

BRASIL. Decreto nº 6.136, de 26 de junho de 2007. Promulga a Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e o Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, ambos de 10 de março de 1988, com reservas ao item 2 do artigo 6o, ao artigo 8o e ao item 1 do artigo 16 da Convenção, bem como ao item 2 do artigo 3o do Protocolo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6136.htm>. Acesso em: 24 abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº 66.520, de 30 de Abril de 1970. Promulga a Convenção relativa às infrações e a certos outros atos cometidos a bordo de aeronaves. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66520-30-abril-1970-409198-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei do Senado nº 728/2011. Complementa a Lei Geral da Copa e define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança dos grandes eventos esportivos previstos para os próximos anos no Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103652-PLS728/2011>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei do Senado nº 762/2011. Apresenta tipos penais para a figura do terrorismo, da incitação ao terrorismo, para a formação de grupo terrorista e também para o financiamento ao terrorismo. Reforma do Código Penal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103889-PLS236/2012>. Acesso em: 12 abr. 2013.